

ATA DA 64ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, foi realizada a primeira plenária no formato híbrido, com início às 13h30, compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), os seguintes conselheiros de forma **online: representantes da sociedade civil**: AnaLudvig, representante titular (Centro de Direitos Humanos de Brusque), Rafaela Kohler (Centro de Direitos Humanos de Brusque), Celina Duarte Rinaldi, representante titular (Instituto Gentes de Direitos – IGENDES), Rosemeri Prado (Federação dos Trabalhadores no Comércio no estado de Santa Catarina – FECESC), Isadora Conversano (Cáritas Brasileira), e **representantes governamentais**: Fernanda Zimmermann, representante titular (Secretaria de Estado da Educação – SED), Marcos Leandro, representante suplente (Secretaria de Estado da Educação – SED), Maicon de Medeiros, representante titular (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SDS). Compareceram de forma **presencial** os seguintes conselheiros: Cláudio Gama (Secretaria de Estado da Casa Civil – SCC), Ricardo Maes, representante suplente (Central Única dos Trabalhadores - CUT-SC), Fabrício Bogas Gastaldi (Acontece Arte e Política LGBTI+) e Lucilene Binsfield, representante titular (Central Única dos Trabalhadores - CUT-SC). **A plenária é aberta (1)** pelo presidente Fabrício Bogas Gastaldi (Acontece) que cumprimentou e agradeceu a presença de todos (as), deu início a **leitura da pauta para aprovação (3)**, após ter sido feito o **levantamento de quórum (2)** com número suficiente para as deliberações, antes de começar a reunião. A pauta é então **aprovada por unanimidade**. Quanto às **justificativas de ausências (4)**, a Secretaria comunicou as justificativas dos conselheiros (as): Bruna Roberta e Sílvia Camparino (SAP) que estariam em compromisso oficial e as conselheiras Maria Del Carmen e Lúcia Haygert (IMDH-UFSC). Todas aprovadas. Dando continuidade a reunião foi iniciado o **ponto (5)** de pauta acerca das **eleições 2022**. O presidente Fabrício (Acontece) deu destaque as manifestações antidemocráticas, pós-eleições, ocorridas e em curso, principalmente no estado de Santa Catarina, com bloqueios nas estradas, impedindo as pessoas o direito de ir e vir e com pedidos de intervenção militar. Diante do exposto, o presidente mencionou ser adequado o CEDH se manifestar quanto a essa questão, indagando ao pleno qual ação poderia ser tomada. A conselheira Lucilene Binsfield (CUT-SC) relatou que a vereadora Maria Tereza Capra, da Câmara Municipal de Vereadores do município de São Miguel do Oeste, do partido dos Trabalhadores (PT) estava sofrendo pedido de cassação de seu mandato devido ao seu posicionamento contrário a fato ocorrido naquela cidade. Um grupo de alunos teria feito gesto semelhante a saudação nazista. Segundo a conselheira, havia uma moção de repúdio a vereadora e ao partido, pelo seu ato de alerta ao neonazismo e do nazifacismo no estado. A conselheira sugeriu ser feita nota de repúdio em apoio àquela autoridade reforçando a importância da defesa da democracia e encaminhada à presidência da Câmara com pedido de leitura ao plenário com cópia ao Conselho Nacional de Direitos Humanos. Outro fato relatado pela conselheira foi quanto a uma lista, que identifica, comércios e serviços supostamente de esquerda, instigando as pessoas a não comprarem nesses estabelecimentos. Segundo a conselheira as empresas listadas teriam aberto queixa-crime para exigir a apuração dos responsáveis, além de feito boletim de ocorrência. Voltando ao caso da vereadora Maria Tereza, essa teria sido ameaçada de morte, via aplicativo, e saído da cidade com a família mas teria aberto denúncia a Polícia Civil e Militar através de boletim de ocorrência, assim como, pedindo providências ao Ministério Público. A respeito da lista, o conselheiro Ricardo Maes (CUT-SC) mencionou que no município de Balneário Camboriú, circulou essa lista, e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a

Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) soltaram nota de repúdio em relação a esse fato, e alguns deputados estaduais estariam fazendo esse tipo de provocação em redes sociais. O conselheiro continuou seu relato lembrando que fato semelhante teria acontecido com os judeus na Alemanha, citando a noite dos cristais. Concluiu salientando a importância de se oficializar o Ministério Público do Estado mas que o órgão possa atuar firmemente quanto a essa questão, uma vez que os limites relacionados a liberdade de expressão estão sendo extrapolados. O conselheiro Cláudio (SCC) sugeriu que, a princípio, o CEDH aguardasse a justiça local finalizar seus trabalhos para, em momento posterior, notificar aos órgãos internacionais. O conselheiro explicou que poderia haver um conflito de competência ao ser encaminhado nesse momento, reforçou que nesse primeiro momento fosse aguardado a justiça finalizar seus trabalhos, a menos que o órgão competente demorasse muito em emitir sua conclusão.

Encaminhamentos: 1) **Nota de Apoio a Vereadora Maria Tereza Capra endereçada a Câmara Municipal de São Miguel do Oeste com cópia ao Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), solicitando que seja protocolada e lida na próxima sessão,** 2) **Nota sobre os gestos nazistas e lista de comércio e serviços ao Ministério Público Federal com cópia ao Ministério Público do estado e ao CNDH, pedindo investigação e urgência.** 3) **Recomendação a Polícia Militar e Polícia Rodoviária Federal para que se efetue rigorosa investigação sobre eventuais crimes de prevaricação.** Em relação a esse último encaminhamento, o conselheiro Ricardo Maes (CUT-SC) explicou que o comando da PMSC deveria ser oficiado para que seja apurado eventual participação de seus agentes em movimentos políticos, principalmente na ativa, que são regidos por estatuto específico. Dando continuidade a reunião foi introduzido o **ponto (6) sobre o Grupo de Referência de Direitos Humanos.** O presidente Fabrício (Acontece) lembrou que foram indicados pelo CEDH, o próprio presidente e a conselheira Maria Del Carmen (IMDH-UFSC). O Grupo de Referência da Regional Sul planejava realizar um Encontro alusivo ao Dia Internacional de Direitos Humanos, porém, os membros perceberam que não haveria tempo hábil para articulações com a SDS e a ALESC, além de desencontros nas agendas entre os estados. Desta forma, o Encontro foi transferido para o mês de Abril ou Maio de 2023. Outra questão relacionada a esse ponto, exposta pelo presidente, foi quanto a mudança da gestão do CNDH, a qual, o CEDH-SC foi convidado a solenidade de posse em Brasília, no dia 07 de dezembro, porém Fabrício explicou que dependeria da liberação das passagens pela SDS, e na qual participariam o próprio presidente, representando a sociedade civil e a diretora de Direitos Humanos, Larissa Crepaldi, representando o governo. Dando prosseguimento, foi iniciado o **ponto (7)** da pauta sobre a formação de **Grupo de Trabalho (GT) das ocupações.** O presidente fez um breve relato sobre a realização de 3(três) reuniões, com participação de representantes do governo e lembrou que recentemente foi realizada uma audiência pública na ALESC com os representantes das ocupações e demais autoridades, porém o CEDH-SC não teria sido convidado. Fabrício (Acontece) indagou a conselheira e vice-presidente Celina (IGENTES) sobre a referida audiência. A vice-presidente informou que foi deliberado nessa audiência pela formação de uma Comissão com diversas representações para tratar das questões relacionadas as ocupações.

Encaminhamento: Solicitar ao gabinete do deputado Padre Pedro a inclusão de representante do CEDH-SC nessa Comissão para tratar das questões relacionadas as ocupações urbanas. Na sequência, foi dado início ao **ponto (8) Ações para o mês de Dezembro, comemorativo aos Direitos Humanos.** O presidente reiterou fala do ponto (6) sobre a programação do Encontro do Grupo de Referência da Região Sul, que ficou suspensa para abril do próximo ano, onde seria feita alguma atividade alusiva ao mês internacional dos Direitos Humanos. Fabrício (Acontece) solicitou

ao grupopropostas de atividades e sugeriu pleitear o Plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) com a apresentação dos trabalhos anual do Conselho. O conselheiro Ricardo Maes(CUT-SC) propôs uma sessão especial conjunta com a Comissão de Direitos Humanos da ALESC. Lucilene (CUT-SC) sugeriu ser feita uma roda de conversa ou uma live, na ALESC, proposta pelo CEDH. A **data da plenária de dezembro** foi **alterada** e aprovada por unanimidade para o **dia 09 de dezembro** devido a conflito de agenda do presidente.Quanto a **devolutiva das ações da última plenária (9)**, foi encaminhado ofício ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina (MPSC) solicitando inclusão em Grupo de Trabalho (GT) Intersectorial para discutir as questões da criança e adolescente [GT Intersectorial que trata das questões dos Conselhos Tutelares], porém, em conversa com a assessora do promotor de justiça João Luiz de Carvalho Botega, o pedido teria sido negado, então o presidente pediu para que a resposta fosse oficializada ao CEDH. Quanto a Recomendação nº 06/2022 que trata da falta e racionamento das medicações antirretrovirais e de doenças crônicas, o presidente disse que foi compartilhada no grupo geral, que seria encaminhada em breve, e solicitou complementações e/ou considerações. Em relação ao Projeto de Lei que institui o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (CEPCT), o presidente mencionou ter sido encaminhado ofício nº 048/2022 a diretoria de Direitos Humanos da SDS para dar prosseguimento a partir da Pasta para a Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC) no intuito do governador pautar na ALESC. Segundo o presidente este seria o caminho técnica e juridicamente correto, não sendo aceito anteriormente devido a vício de origem. Fabrício (Acontece) complementou seu relato dizendo ter solicitado auxílio político e técnico ao Mecanismo Nacional de Combate e Prevenção à Tortura (MNPCT) por meio de ofício nº 049/2022 para implantação do CEPCT. Por fim, mencionou que o CEDH estaria aguardando a substituição dos conselheiros da sociedade civil organizada, após encaminhado pedido de reconsideração a consultoria jurídica da Secretaria de Estado da Administração (SEA) e em breve, após os ajustes do Regimento Interno, este seria tramitado para publicação. Dando continuidade foi iniciado o **ponto (10) Aprovação das Atas da 60ª a 63ª reuniões plenárias**. O presidente colocou em votação com ressalva para a ata da 60ª reunião ordinária que devida a falta de espaço teria sido feita gravação sobreposta a outra. A ata foi redigida com base nas anotações feitas na própria reunião. As atas da 60ª a 63ª reuniões plenárias foram **aprovadas por unanimidade**. Por fim, quanto aos **Informes Gerais**, o conselheiro Cláudio Gama (SCC) reiterou convite feito em plenária anterior para que todos os conselheiros (as) fizessem seus respectivos credenciamentos no site da Fundação ENA Escola de Governo: um como professor e outro como palestrante de Direitos Humanos. O conselheiro comunicou que teria começado ciclo de palestras, a princípio no município de Águas Mornas, que será divulgado em outros municípios interessados. No mês de novembro de 2022 começará na Escola de Ensino Básico Cel. Antônio Lehmkuhl e concluiu dizendo que as apostilas estariam prontas e no total seriam realizadas 4 (quatro) palestras.Cláudio (SCC) mencionou também curso de formação para capacitar pessoas, fato que auxiliaria na composição dos conselhos municipais, que seria uma das maiores dificuldades dos gestores municipais. O presidente solicitou ao conselheiro que compartilhasse as apostilas com o grupo. Em relação ao Observatório de Direitos Humanos para acompanhar a CPI do Aborto, Fabrício (Acontece) lembrou que a professora Maria Del Carmen (IMDH-UFSC) ficou responsável pela elaboração de documento que será compartilhado no grupo geral pela Secretária do Conselho para análise e contribuições. O presidente lembrou que o objetivo desse Observatório seria acompanhar os desdobramentos da CPI assim como contribuir com a proteção e promoção dos direitos a interrupção legal da gravidez. Fabrício (Acontece) disse que o próximo passo

165 seria verificar quais pessoas teriam interesse em compor o observatório. Nesse
166 momento a Secretária do Conselho comunicou acerca do recebimento de email
167 da Gerência de Políticas Para Mulheres e Direitos Humanos (GEMDH) sobre
168 denúncia recebida pela Diretoria de Direitos Humanos (DIDH). No documento o
169 Setor solicita ao CEDH que seja feito o acompanhamento do caso, assim como
170 manter os Setores da Pasta e Órgão [Ouvidoria-Geral do Estado], atualizados
171 quanto as providências tomadas. O conselheiro Ricardo Maes (CUT-SC)
172 comunicou que estariam abertas as inscrições para o Fórum Mundial de Direitos
173 Humanos, para militantes e pessoas atuantes na área, por eixos, no período de
174 20 a 24 de março de 2023. Cláudio Gama (SCC) comunicou que no mês de
175 dezembro estaria de férias. Fabrício (Acontece) lembrou do convite feito pelo
176 IMDH-UFSC para participação em Mesa de Abertura de Evento promovido por
177 aquele, a ser realizado no dia 07 de dezembro. O presidente comentou que talvez
178 houvesse conflito de dia e horário com evento em Brasília e por esse motivo
179 deixou a vice-presidente Celina Duarte (IGENTES) de sobreaviso quanto a
180 possibilidade de sua participação no primeiro evento. Fabrício (Acontece)
181 agradeceu a participação de todos (as), reforçando a nova data da plenária, dia
182 09 de dezembro. Eu, Manuela Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, e
183 juntamente a Fabrício, presidente do CEDH/SC assinamos.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **2PTR1P87**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FABRÍCIO BOGAS GASTALDI (CPF: 362.XXX.798-XX) em 24/02/2023 às 17:02:52

Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2021 - 16:43:35 e válido até 28/07/2121 - 16:43:35.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MTfhMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxXzJQVFixUDg3> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **2PTR1P87** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.